

Combate a racismo exige reconhecimento de privilégios da branquitude

Vantagens materiais e simbólicas de pessoas brancas precisam ser notadas para enfrentamento da discriminação

[\(Folha de S.Paulo, 15/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Reconhecimento das [vantagens materiais e simbólicas](#) de pessoas brancas é indissociável do processo de consciência e [enfrentamento do racismo](#) num [país em que a cor da pele pode determinar](#) se um inocente será abatido como potencial criminoso.

Você vai às compras sozinha sabendo que não será seguida ou perturbada?

Se ligar a TV ou abrir o jornal, é certo que verá pessoas da sua raça amplamente representadas?

Quando um policial para seu carro, você tem convicção de que não foi por causa da sua cor?

Você escolhe facilmente maquiagem corretiva ou curativos no tom da sua pele?

Se respondeu “sim” a essas perguntas, com certeza você é uma pessoa branca. Esses são alguns dos 46 privilégios brancos elencados pela pesquisadora americana Peggy McIntosh em 1988, quando a acadêmica feminista e antirracista se tornou a principal divulgadora dos estudos críticos da branquitude (“whiteness”, em inglês) enquanto lugar social de vantagens materiais e simbólicas.

Desde então, a lista de McIntosh, uma mulher branca, já foi complementada de várias maneiras em diferentes partes do mundo. No Brasil, questões duras e bastante reveladoras seriam inevitáveis, como “você se preocupa com a possibilidade de um helicóptero da polícia metralhar as ruas do seu bairro ou

a sua casa?”.

No Twitter, as mais de 2.300 respostas dadas à pergunta “se o racismo acabasse hoje, o que você faria?”, feita pelo jornalista Gilberto Porcidonio, sugerem outros privilégios tão singelos quanto surpreendentes para não negros: ir ao shopping de chinelos, correr na rua tranquilamente, abrir a bolsa dentro de uma loja para pegar o celular, usar o capuz do moletom nas ruas.

“Como uma pessoa branca, eu tinha aprendido que o racismo é algo que coloca os outros em desvantagem, mas não fui ensinada a enxergar um de seus corolários, o privilégio branco, que me coloca em vantagem”, escreveu McIntosh, que define a branquitude como um “pacote invisível e indébito de ativos que podem ser descontados diariamente”, mas cuja existência não se reconhece.

Por mais que muitos brancos se esforcem, já não é possível, hoje, ignorar esse pacote de ativos. Há uma [crescente pressão de velhos e novos movimentos negros](#), que ganharam poder de articulação graças à tecnologia, aumentando o alcance de suas demandas por equidade e de suas denúncias a respeito das [opressões do racismo estrutural](#).

Há também o imperativo dos dados, que ilustram o aumento da consciência negra, descrevem as demandas e preocupações dessa população e evidenciam a desproporcionalidade a que ela está submetida quando o assunto é violência, oportunidade e representatividade.

Se, em 2006, 48% dos brasileiros se autodeclararam pretos ou pardos, em 2018 esse percentual atingiu 56% da população do país, segundo dados do IBGE. Analistas avaliam que o aumento possa ser atribuído à miscigenação da população ou ao progressivo autorreconhecimento de negros que antes empreendiam processos de embranquecimento em busca de aceitação.

Um aspecto bastante visível desse fenômeno está nos cabelos de pretos e pardos: antes majoritariamente alisados, hoje exibem volumes crespos, black powers, tranças e dreadlocks.

Estudo do Instituto Locomotiva apontou que 86% dos negros têm orgulho de

quem são, mas 71% foram vítimas ou presenciaram crime de racismo no último ano.

Segundo pesquisa do Google realizada com brasileiros negros pela consultoria Mindset e pelo Instituto Datafolha, a pauta mais urgente para essa parcela da população é a inclusão no mercado de trabalho (46%), no qual negros são minoria em posições gerenciais (29,9%). Mesmo quando têm curso superior, recebem salários 31% menores que brancos nas mesmas condições.

A segunda questão mais urgente para os negros é o racismo estrutural (44%), seguido do feminismo negro (27%) e da matança de negros (24%).

Além disso, a intensidade e a visibilidade dos debates sobre racismo não tem precedentes na história do Brasil, como ficou evidente na profusão de campanhas, mesas-redondas e eventos no último novembro, mês da Consciência Negra.

“Muito mais lentamente do que deveria, mas de maneira crescente, as fichas estão caindo por pressão”, afirma a [psicóloga negra e colunista da Folha Cida Bento](#), eleita pela revista britânica The Economist como uma das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade.

“Em matéria de representação, de vermos mais negros em campanhas publicitárias, temos crescido. Não se trata de uma decisão do mercado, mas de uma forte cobrança da sociedade”, afirma a publicitária negra Samantha Almeida, chefe de conteúdo na agência Ogilvy Brasil. “Quando a sociedade e a mídia se manifestam, as marcas vão junto para não perder a conversa.”

Ainda assim, quando se fala de racismo no Brasil, fala-se do negro, e o branco desaparece, como se não fizesse parte da questão.

“No mínimo, o racismo é um problema das relações entre negros e brancos e, se você quiser polarizar, ele seria um problema essencialmente dos brancos, que o criaram”, provoca Bento, pioneira no debate crítico da branquitude no Brasil.

Refutar a existência do privilégio branco, contudo, tem a ver tanto com a

própria origem da branquitude, nascida no processo de colonização europeia do mundo, quanto com a sua resiliência ao longo dos 500 anos que se seguiram.

“A raça é uma construção geopolítica, e não biológica. E corresponde aos três grandes continentes conquistados: amarelos na Ásia, negros na África, vermelhos nas Américas”, explica a psicóloga branca Lia Vainer Schucman, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e autora de “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo”, livro esgotado, a ser relançado pela editora Veneta.

“A colonização explorava outros povos, identificados como inferiores, primitivos e sem alma. A hierarquia e a dominação, que são a prática racista, já existiam. E a ideia de raça surge para justificá-las”, diz ela.

O jornalista branco [Laurentino Gomes explica em seu novo livro](#) que a escravidão é tão antiga quanto a humanidade e provinha de todas as regiões do mundo, afetando diferentes populações ao longo da história.

Em “Escravidão” (Companhia das Letras), o primeiro volume de uma trilogia sobre o tema, ele registra que os índios do Novo Mundo foram dizimados e substituídos por um tráfico negreiro “volumoso, organizado, sistemático e prolongado” como nunca antes na história, o que está na origem da segregação e do preconceito racial dos dias de hoje.

Num país que foi “construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco”, escreve Gomes, aqueles que foram escravizados pelos europeus eram tratados como exóticos e selvagens ou ingênuos e incapazes.

Este processo de definição do “outro” a partir do imaginário ocidental europeu foi descrito pelo crítico palestino Edward Said (1935-2003) no clássico “Orientalismo”. Trata-se de uma construção, a partir do olhar do branco europeu, daqueles que são diferentes, sob o seu ponto de vista.

Contudo, ao lançar sobre o outro aquilo que julgam não lhes caber, os brancos reservaram para si um lugar desracializado, neutro, “normal”. Enxergam em si uma espécie de modelo paradigmático de humanidade.

“A branquitude é uma particularidade que se pensa universal e geral. E,

desta forma, coloca os demais grupos como margem, como desviantes ou inferiores”, afirma Schucman. “Fala-se em ‘beleza negra’, por exemplo, mas não em ‘beleza branca’, que é pensada apenas como ‘beleza’, uma categoria universal e geral.”

Essas classificações acabaram dominando subjetivamente colonizadores e colonizados, resultando, por um lado, na não aceitação, por parte dos negros, de seus fenótipos. Essa rejeição gerou um desejo de branqueamento —aquilo que o filósofo e psiquiatra negro Frantz Fanon (1925-61) chamou de “máscaras brancas”.

Por outro lado, formou-se também o que Cida Bento classificou como “pacto narcísico da branquitude”, em que os brancos, embevecidos pelas narrativas edificantes que criaram sobre si, são omissos em relação aos seus privilégios, ao racismo e a sua responsabilidade pela manutenção desse sistema, que procurou se justificar enquanto ciência no campo da eugenia.

“A branquitude é um lugar de privilégio a partir do qual o sujeito olha para os outros, os define e os nomeia”, explica Bento, que é doutora em psicologia social pela USP e diretora executiva do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), criado em 1990.

O escritor gaúcho —e branco— Juremir Machado da Silva empreendeu um exercício literário para evidenciar privilégio e racismo como dois lados da mesma moeda. Em seu novo livro, “Acordei Negro”, um homem branco comum e anônimo desperta num corpo negro e se surpreende com a maneira como o mundo reage a sua nova cor, como quando é enxotado por um policial ao encostar em um carro de luxo na rua.

“É uma maneira de dizer que, em um país racista, existe uma visibilidade negativa com relação ao negro, o que é insustentável e criticável sob todos os aspectos e que pode ser tematizado”, explica o autor, também jornalista e professor universitário.

O livro, lançado em conjunto pelas editoras Sulina e Figura de Linguagem —esta criada e dirigida por negros— “trata do ponto de vista de como um branco se sentiria tornando-se negro”, diz o autor. “Não pretende dizer o que

um negro sente.”

O poder de caracterizar o outro em oposição a si próprio se traduz, explica Bento, numa referência branca positivada de beleza, inteligência, competência e protagonismo que se consolidou ao longo dos séculos na falácia da superioridade branca.

Foi a retomada da retórica da supremacia branca nos discursos públicos nos EUA que fez a premiada poeta jamaicana negra [Claudia Rankine sugerir um curso sobre branquitude](#) para a prestigiosa Universidade de Yale. Toparam.

“A partir das eleições de 2016, as narrativas do nacionalismo branco ganharam espaço. E assistimos a um aumento de grupos terroristas supremacistas brancos e de atentados contra pessoas de pele escura”, afirma Rankine. Segundo o FBI, o número de ocorrências de crimes de ódio ligados a questões étnico-raciais aumentou quase 25% entre 2015 e 2017, antes e depois da eleição de Donald Trump.

“A retórica do presidente Trump aumentou a intensidade das respostas das instituições, como as polícias, pautadas na premissa da supremacia branca. E serviços sociais foram cortados para que não chegassem a determinadas populações”, avalia Rankine, que aponta o nacionalismo branco como determinante do zeitgeist, o espírito do nosso tempo.

Com isso, diz a poeta, os posicionamentos de Trump jogaram luz em questões que havia muito estavam presentes, mas pouco visíveis. “A agenda supremacista branca se tornou mais vocal e pública. Muitos começaram a perceber que não podem mais fingir que a branquitude não está no jogo e acordaram para isso pela primeira vez na vida.”

O aumento de poder das mulheres, dos grupos LGBTQ e dos negros nos últimos anos colocou em xeque a ideia de sujeito universal, cuja posição de privilégio era tida como garantida pela branquitude.

Mas, no lugar de repensar hierarquias e redistribuir recursos, o que se viu em países como EUA e Brasil foi um apelo ao nacionalismo como um conceito monolítico —e branco.

No Brasil, o aumento da visibilidade negra deriva, em parte, da superação do mito da democracia racial, espécie de paraíso da branquitude, segundo Lia Schucman, do qual pulamos diretamente para o recente desvelamento do racismo brasileiro.

“A identidade dos brasileiros brancos descendentes dos imigrantes chegados a partir do século 19 nem sempre é bem autodefinida do ponto de vista étnico-racial”, avalia o [escritor e compositor Nei Lopes](#), que lança agora “Afro-Brasil Reluzente: 100 Personalidades Notáveis do Século XX” (Nova Fronteira).

“Muitos se veem como brasileiros, como são, de fato e de direito —e num país sem conflitos, ‘racialmente democrático’. Mas o povo negro, historicamente excluído, tem necessidade de afirmar sua identidade. E esse posicionamento é que pode unir todos nós, afrodescendentes de todos os matizes e origens, em busca da sonhada igualdade.”

Segundo Schucman, a defesa da ideia de que somos todos mestiços e, portanto, iguais, “isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoadado como realidade”, o que, de acordo com Cida Bento, produz um senso de alívio entre os brancos, restringindo os debates sobre racismo aos grupos não hegemônicos, que são alvo do racismo estrutural.

“Considero que a grande eficácia do projeto da democracia racial foi o silenciamento e a invisibilidade dos negros e de sua história, em vários níveis. Desde a negação da crueldade da escravidão até a falta de reconhecimento dos intelectuais negros, que sempre existiram e produziram, mas que só recentemente têm sido recuperados. Tudo foi invisibilizado”, explica Márcia Lima, [única professora negra](#) do programa de pós-graduação do departamento de sociologia da USP.

Lima, que coordena o Afro Núcleo de Pesquisa sobre raça, gênero e justiça racial do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), explica que esse tipo de discussão deixou “os guetos” do país a partir do debate nacional sobre cotas na educação superior. Foi quando a insistência brasileira em uma questão de classe passou a ser mais confrontada com a questão de raça.

“Até as cotas, ninguém aqui era branco ou negro. Mas o debate mudou, e hoje é difícil achar um branco que não saiba que é branco. É uma categoria que passou a existir”, diz Schucman, cuja tese de doutorado entrevista pessoas brancas de diversas classes para aferir o privilégio da cor da pele em diversos níveis socioeconômicos, da miséria à riqueza.

Sua pesquisa traz o caso mais evidente de que cor e classe não são a mesma coisa —o de um homem branco em situação de rua que diz que “ser branco é poder entrar no shopping pra cagar”, enquanto seus colegas negros sem teto passam aperto do lado de fora, nas ruas.

“Mesmo na ausência de recursos financeiros, a branquitude representa um privilégio que as pessoas não reconhecem quando são pobres ou de esquerda”, comenta Cida Bento, para quem a esquerda brasileira lida mal com o corte racial da questão de classe. “Ainda assim, avanços foram feitos pela esquerda porque os negros são maioria [75%] entre os pobres”, complementa.

O corte racial, e não social, das cotas universitárias passou a ser mais bem aceito a partir da mensuração da performance dos alunos cotistas, que se revelou distante da catástrofe projetada pelos críticos da política de ação afirmativa. Hoje, pela primeira vez, os [negros são maioria nas universidades públicas do país](#).

Trata-se de uma novidade com potencial para mudanças sociais mais profundas no país.

A [artista plástica Rosana Paulino](#), autora das obras que ilustram esta matéria, atribui grande parte de seu passaporte para o monocromático mundo das artes visuais brasileiras a seu diploma de graduação, que conquistou nos anos 1980, quando era a única negra do pedaço.

“O que fez diferença pra mim foi ter estudado na USP e ter ganho uma bolsa para uma especialização em gravura em Londres”, avalia ela, [pioneira na discussão de raça e gênero](#) nas artes plásticas brasileiras, e que teve uma exposição na Pinacoteca entre 2018 e 2019. “Sem negros nas universidades não se forma quadros negros de elite.”

Paulino lembra que não tinha colegas negros na faculdade e que passou dez anos trabalhando sem ter artistas negros de sua geração com quem discutir e trocar experiências.

“Num país em que 56% da população é não branca, basta saber operar uma calculadora pra ver que alguma coisa está muito errada”, diz.

Entre as muitas consequências da baixa representatividade de negros nos espaços de poder, de produção de conhecimento e de produção de subjetividades, Paulino aponta a solidão. “São muito poucas mulheres negras em qualquer lugar de destaque e, além da falta de modelos, a solidão também se torna inevitável.”

A cultura de massa do país, em especial as telenovelas, também pisou na bola até há pouco. E produções audiovisuais, em especial as novelas, representaram reiteradamente negros em posições de subalternidade. Muitas obras chegaram a negar o lugar do negro na dramaturgia mesmo quando se baseiam em obras cujo protagonista era uma personagem negra.

É o caso da minissérie “Chiquinha Gonzaga”, de 1999, que conta a história da pianista e compositora negra interpretada pelas atrizes brancas Gabriela Duarte e Regina Duarte.

Em 2018, a TV Globo [escalou um elenco majoritariamente branco](#) para uma trama que se passa na Bahia, o estado com mais negros do Brasil. Enquanto apenas 11% do elenco era composto por negros, 76,3% dos baianos se autodeclararam pretos e pardos.

A Bahia branca apresentada na novela gerou críticas, uma nota de retratação da emissora, a escalação emergencial de atores negros e ainda uma notificação do Ministério Público do Trabalho, que demandava “a representação da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira”.

“Essa baixa representatividade de negros faz com que, quando em evidência, eles sejam submetidos a uma cobrança desproporcional, tanto para fora do grupo das pessoas negras como para dentro dele”, explica a socióloga Márcia Lima. “Para fora, não podem errar. Para dentro, não podem divergir.”

Um exemplo da cobrança “para fora” ocorreu na semana de estreia da jornalista negra Maju Coutinho na bancada do Jornal Hoje, da TV Globo, quando [foi criticada por cometer falhas](#) geralmente ignoradas na performance de outros apresentadores, quase todos de pele branca.

Outro foi o caso da [química e pesquisadora negra Joana D’Arc Félix de Sousa](#). Ela descrevia em seu currículo um diploma da Universidade Harvard (EUA) que se descobriu ser inexistente. O governador branco do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, [também turbinou seu currículo](#) com um diploma falso da mesma instituição.

A atenção dada ao caso da cientista negra, foi, porém, muito diferente daquela dispensada ao do político branco. Uma busca no Google com as mesmas palavras-chave —“diploma”, “falso” e “Harvard”— mostra que, aliadas ao nome do governador, há 7.230 ocorrências; ao da pesquisadora, aliam-se 13.200 links, quase o dobro de menções.

As cobranças “para dentro” do grupo de pessoas negras, no entanto, dificilmente se tornam públicas, por supostamente alimentarem lógicas racistas.

Antes de ter a [nomeação para a direção da Fundação Palmares cassada pela Justiça](#), no início de dezembro, o jornalista negro Sérgio Nascimento de Camargo, que nega a existência do racismo no Brasil, foi criticado pelo próprio irmão, que, nas redes sociais, disse sentir vergonha.

A postagem de Wadico, músico, foi imediatamente repreendida pelo pai de ambos, o escritor Oswaldo de Camargo, especialista em literatura negra e militante do movimento negro, que escreveu: “Não nos exponha. Há muita gente gostando deste espetáculo que, afinal, é prejuízo para toda a comunidade negra”.

Para a psicóloga negra Maria Lúcia da Silva, uma das organizadoras do livro “O Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a Psicanálise” (Perspectiva), a restrição tem razão de ser. “A branquitude se aproveita de conflitos de grupos subalternizados para mantê-los assim, subalternizados.”

Isso porque, segundo Lia Schucman, o maior privilégio da branquitude é que

cada indivíduo branco representa apenas a si mesmo, enquanto cada indivíduo negro representa, aos olhos da branquitude, todo o grupo de pessoas negras do país.

“Enquanto os brancos pensam que seus atributos positivos são méritos e conquistas pessoais, e não os privilégios da sua raça, cada negro sabe que qualquer julgamento negativo sobre um indivíduo de seu grupo recai sobre todas as pessoas contidas nele”, explica. Para ela, aquele que não se enxerga como parte do sistema racista não consegue ser antirracista.

Com isso, ela persegue uma máxima cunhada por um dos ícones dessa luta, a também filósofa e [ativista negra feminista americana Angela Davis](#): “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Cida Bento explica que hoje existe “uma impaciência e um desconforto dos negros na relação com os brancos, porque esse negócio não muda nunca, e o branco genérico se torna um inimigo”.

Ela lembra do grupo de brancos que se posicionaram contra o regime do apartheid na África do Sul, adotando uma postura ativamente antirracista. “Aqui é difícil o cara largar o osso. E essa hostilidade e essa impaciência têm razão de existir, na minha avaliação, porque existe uma omissão branca difícil de acreditar, inclusive no que diz respeito ao genocídio dos jovens negros.”

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil. A taxa de homicídio entre homens pretos e pardos é quase o triplo daquela entre brancos. E, no estado de São Paulo, entre 2014 e 2016, 67% dos mortos em ações policiais eram negros. A maioria dos jovens mortos durante ação da polícia militar no baile da DZ7, na favela de Paraisópolis, eram pretos e pardos.

No mesmo sentido, Rosana Paulino critica quem aborda a negritude como um debate meramente identitário. “A questão negra não é identitária. É uma questão de vida ou morte. Tratá-la de outra maneira é enfraquecê-la, porque, no Brasil, a cor da sua pele vai determinar se você pode ou não levar 80 tiros a caminho de um batizado”, diz.

Para Claudia Rankine, é impossível ser antirracista sem reconhecer os privilégios da branquitude.

“O trabalho que a cultura fez ao insistir na humanidade dos brancos versus a desumanidade de todos os demais grupos é muito profundo”, afirma. “As próprias pessoas negras dão privilégios para pessoas brancas. Os mesmos privilégios que negam a outras pessoas negras”, avalia, citando como exemplos comportamentos discricionários de policiais e seguranças negros.

“O reconhecimento dos privilégios traz um entendimento de que cada um precisa desejar conscientemente realocar o poder. Do contrário, tudo continuará a ser como tem sido nos últimos séculos: as pessoas continuarão a acreditar naquilo que elas foram ensinadas a acreditar, ou seja, que uma pessoa branca é melhor simplesmente porque ela se parece mais ‘comigo’”, diz ela.

E conclui: “São centenas de anos deste sistema. Mudá-lo vai dar trabalho. Temos de começar em algum momento”.

Por Fernanda Mena e Priscila Camazano

Negros enfrentam mais dificuldades que brancos no mercado de trabalho, diz MPT

Negros sofrem três tipos de discriminação no mercado de trabalho: ocupacional, salarial e pela imagem, diz Cleber Santos Vieira, membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

[*\(Agência Brasil, 08/11/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

Os negros enfrentam dificuldade na progressão de carreira, na igualdade de

salários e são os mais vulneráveis ao assédio moral no ambiente de trabalho, apesar da proteção constitucional contra o racismo e a discriminação. A avaliação é do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Segundo a coordenadora da Coordigualdade do MPT e procuradora do trabalho Valdirene Silva de Assis, por causa do preconceito, os negros têm também dificuldade de ocupar cargos de maior exposição, como relações públicas, caixa bancário, secretários e recepcionistas.

“Observamos que nosso texto constitucional traz proteção – nós temos vários dispositivos, alguns específicos sobre a questão trabalhista, que versam sobre os direitos sociais e que mencionam expressamente a vedação de toda e qualquer forma de discriminação, de diferenciação de salário, e o crime de racismo também é tipificado pela Constituição Federal. Apesar disso, a sociedade nos mostra que essa estrutura legal não consegue fazer com que se caminhe em uma situação diversa [da discriminação e da exclusão racial]”, disse Valdirene na tarde desta quarta-feira (8), ao participar do Seminário Racismo no Mundo do Trabalho, na sede do MPT em São Paulo.

A procuradora destacou que o percentual de negros na população brasileira é superior a 50%, embora o índice não se reflita em uma representação no ambiente de trabalho.

O professor Cleber Santos Vieira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que é membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, apontou três tipos de discriminação frequentes no ambiente de trabalho: a primeira é a ocupacional, que questiona a capacidade do negro de desempenhar tarefas mais complexas, mesmo que este profissional seja capacitado para tais funções.

A segunda é a discriminação salarial, com o desrespeito à equiparação na remuneração de brancos e negros, sugerindo que o trabalho feito pelo negro tem menor valor. E a terceira é a discriminação pela imagem, na qual a pele escura e os cabelos crespos são alvo de preconceito e deixam os negros de fora de diversas oportunidades de trabalho.

Problema histórico

“O trabalho foi inicialmente usado no país como ferramenta de opressão e aprisionamento da população negra. A invisibilidade dos trabalhadores negros resulta diretamente da forma como a divisão social do trabalho foi constituída entre nós”, afirmou Cleber Vieira. Segundo o professor, o sistema escravista “racializou” toda a estrutura da sociedade brasileira, e a permanência do racismo é um traço estruturante fundamental.

“No Brasil escravista, os papéis dados aos indivíduos eram determinados pela cor da pele. Enquanto o trabalho na administração pública, política, justiça, nas atividades comerciais, era reservado à população branca, o trabalho manual das matas, fazendas e minas era realizado por por negros”, disse Vieira. Ele acrescentou que os trabalhos mais qualificados, considerados nobres, eram exercidos por uma minoria branca. Já o trabalho braçal e mal remunerados cabia aos negros, primeiramente os escravos e os negros chamados livres após a abolição da escravidão no papel, enfatizou.

A representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no evento, Thaís Faria, apresentou dados que mostram a continuidade desse modelo de discriminação e racismo. “Quando olhamos os dados sobre salários e sobre informalidade, vemos como a situação é extremamente real e cruel. A média de salário do homem branco é R\$ 2.507; a da mulher branca, R\$ 1.810; a do homem negro, R\$ 1.458; e a da mulher negra, R\$ 1.071”, disse Thaís, que é oficial técnica em princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT.

Quando o recorte é o trabalho informal, a mulher negra tem a maior taxa de informalidade no mercado de trabalho no Brasil. “Vemos, por exemplo, que, na categoria das trabalhadoras domésticas, quase 90% são mulheres negras”, ressaltou a representante da OIT. Ela acrescentou que grande dessas mulheres é chefe de família e que a categoria das domésticas é uma das que mais sofrem de depressão, inclusive pela instabilidade no trabalho.

“Porque, se ela é chefe de família, tem filhos para criar e está na informalidade, se adoecer, não recebe dinheiro. Como é que cria sua própria família? Qualquer crise que a pessoa tenha e perca o emprego, como é que vai criar a família? São pessoas que têm um número muito grande acidentes de trabalho e que também estão envolvidas em casos de assédio sexual e outros tipos de violência”, disse Thaís.

A representante da OIT destacou que não existe desenvolvimento econômico sem justiça social. “[É preciso] promover a justiça social e a diminuição da pobreza. Não se diminui a pobreza sem dar condições iguais a todas as pessoas, para que possam produzir, ter um trabalho decente, um trabalho digno. Por fim, é um tema de desenvolvimento social e econômico, porque estamos falando de força de trabalho de igual valor. E quando excluimos essa juventude [negra] de participar da força de trabalho e produtividade do Brasil, perdemos dinheiro, perdemos na economia, perdemos no desenvolvimento econômico, perdemos na promoção da justiça social.”

Setor bancário

A discriminação, como mostra a história do Brasil, ocorre em diversos setores, inclusive no bancário, destacou a secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Neiva Santos. O sindicato realizou dois censos, em 2008 e 2014, para avaliar a discriminação de gênero e cor no setor bancário. “No topo da pirâmide [cargos mais altos] não tem mulheres, não tem negros nem mulher negra. De forma alguma. Porque não haverá ascensão enquanto não quebrarmos o preconceito e o racismo no setor financeiro”, afirmou a sindicalista.

Segundo as informações mais atualizadas, do censo de 2014, as mulheres no setor bancário ganham 77% da remuneração dos homens. “Melhoramos esse indicador desde 2008 em 1,5%. Conforme cálculo do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], se a cada seis anos conseguirmos melhorar 1,5%, vamos demorar 88 anos para ter salários iguais aos dos homens, se continuar neste ritmo.”

“Se olharmos o rendimento médio dos bancários por cor, a média mensal dos negros é 84% em relação ao dos brancos. No mesmo ritmo [considerado entre 2008 e 2014], nós demoraríamos 23 anos para ter equiparação salarial entre negros e brancos”, acrescentou Neiva.

Para a sindicalista, outra questão grave é que as mulheres negras recebem o equivalente a 68% do rendimento dos homens brancos. “Se você olhar o setor financeiro, é muito raro você ver uma gerente negra. Então os bancos, vão contratar [negras] para áreas invisíveis.”

No censo de 2008, os negros representavam em torno de 18% da categoria dos bancários. No último levantamento, em 2014, o percentual passou para 24,7% (21,3% pardos e 3,4% pretos), o que ainda não reflete a presença dos negros na sociedade brasileira. Apesar desse aumento na participação em cargos no setor bancário, Neiva afirmou que a ascensão na carreira continua difícil.

Por Camila Boehm - Repórter da Agência Brasil

Fórum Permanente de Promoção da Igualdade Racial faz reuniões com a ONU no Brasil

A Década Internacional de Afrodescendentes da ONU foi o tema principal das reuniões do Fórum Permanente pela Promoção da Igualdade Racial (FOPIR) com o Sistema das Nações Unidas no Brasil. Encontros ocorreram em 11 de maio, em Brasília. O organismo apresentou aos dirigentes das agências da ONU as atividades dessa recém-criada coalizão da sociedade civil, que foi estabelecida em novembro do ano passado para combater o racismo e o sexismo.

[\(Nações Unidas, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O FOPIR também se reuniu com o Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia das Nações Unidas, liderado pela representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman. Durante o encontro, a diretora lembrou a inclusão dos direitos das mulheres negras no último documento da 61ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), realizada em março deste ano. Segundo Nadine, a menção foi um resultado da participação de brasileiras negras no fórum intergovernamental.

“A declaração final da CSW reitera a responsabilidade de os Estados-membros da ONU desenvolverem políticas para as mulheres com recorte racial, incluindo o empoderamento econômico das mulheres negras, além da janela de oportunidade que a Década Internacional de Afrodescendentes traz para os esforços políticos para a eliminação do racismo e da discriminação racial”, considerou a representante da ONU Mulheres.



Integrantes do FOPIR com parte do Grupo Assessor de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil. Foto: UNFPA/Ana Cunha

Maria Aparecida Bento, do FOPIR, pediu alertou os desafios que ainda impedem o acesso pleno da população negra a empregos e capacitação. “É preciso abrir o mercado de trabalho para as mulheres negras, que estão se qualificando e encontram um mercado de trabalho ainda fechado. Nesse sentido, queremos saber como os Princípios de Empoderamento das Mulheres estão incorporando a dimensão racial”, questionou.

“Sobre a juventude negra, vimos melhoria nos indicadores na área de educação. Contudo, maior evasão e desempenho mais baixo são variáveis que não mudaram nos últimos 15 anos”, acrescentou.

ONU à disposição para ajudar governo brasileiro

Durante o encontro, a gerente de programas da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, salientou o Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, estratégia que foi desenvolvida com o governo brasileiro e que tem como eixos transversais o enfrentamento ao machismo e ao racismo.

Segundo a especialista, um dos focos prioritários do Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia da ONU no Brasil é fornecer assistência técnica para garantir que o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo país incorpore a perspectiva racial.

Desigualdades

O FOPIR é uma coalização de organizações antirracistas que tem como propósito promover um debate amplo e democrático pelo fim do racismo e do machismo. A defesa de políticas voltadas para a igualdade de gênero e racial também é uma das pautas do movimento. Um dos focos do Fórum são os problemas enfrentados pela juventude e pelas mulheres negras.

Em dezembro de 2016, logo após ter sido lançada, o FOPIR teve uma audiência na Casa da ONU, em Brasília. Durante a reunião, entregou o documento Análise de Conjuntura do Estado brasileiro e as desigualdades sociorraciais no século XXI.

Conheça os integrantes do FOPIR: <http://fopir.org.br/participantes>.

Juiz Fábio Francisco Esteves: “Embranquecimento da Justiça é silencioso”

Começa amanhã em Brasília algo inédito no mundo: uma reunião de magistrados que vão discutir as relações entre a condição racial e o trabalho que exercem. O 1º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros vai até sexta-feira no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), com uma pauta densa.

[\(Correio Braziliense, 09/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Um dos coordenadores do encontro é o juiz Fábio Francisco Esteves, 37 anos,

presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis). Ele está há 10 anos na profissão e atua no Núcleo Bandeirante. Nascido no Mato Grosso do Sul, chegou a Brasília como bancário em 2004.

Para Esteves, o que o encontro deve buscar não é simplesmente mudar a vida dos juízes. Ele quer transformar a própria Justiça, para que se torne algo mais próximo da sociedade. É uma busca que exige maior foco no combate à corrupção. Isso permitirá, explica, que mais recursos sejam destinados pelo Estado à educação, o maior instrumento transformador — a trajetória dele é prova disso.

Nesse esforço, Esteves considera necessários instrumentos muitas vezes vistos como heterodoxos, incluindo prisões de suspeitos de corrupção antes de julgamentos. “Estamos lidando com pessoas que têm a capacidade de fazer uma lei processual penal para conduzir a própria investigação a que estão submetidas”

Mesmo com uma abordagem que não se pretende sectária para o encontro, organizá-lo não foi tarefa fácil. “Um colega disse que eu era muito inocente quando falamos em criar esse evento. Eu não imaginava que no dia seguinte já levaria tantas bordoadas. Mas, na profissão, foi a mesma coisa. Na inocência, sempre acreditei que ser juiz iria me ajudar a construir uma série de sonhos.”

A seguir, a entrevista que Esteves concedeu ao Correio.

Por que discutir a presença dos negros na magistratura?

É importante porque, em 2005, a AMB (Associação de Magistrados Brasileiros) fez uma pesquisa indicando que apenas 0,9% dos juízes eram pretos. Dez anos depois, foi feita uma nova, que apontou 1,4%. Ou seja, em uma década, a participação de negros na magistratura só aumentou 0,6 ponto percentual. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2015, também realizou uma pesquisa nacional que confirmou esse dado. Quando se consideram os pardos, aumenta para 13%. Já temos 12 anos de cotas nas universidades. São necessários cinco anos de faculdade de direito, mais três anos de práticas jurídicas para se tornar juiz. Então, já poderia ter começado

a haver algum sinal de mudança. Outra coisa também que aparece são as cotas para juízes. Em 2015, o CNJ editou uma resolução que prevê um percentual de cotas para negros no concurso da magistratura. A AMB também tem preocupação com isso. Um colega juiz que também é negro deu a ideia de criar esse evento. Isso já vinha me incomodando. Sou juiz criminal há dez anos e o meu réu é negro. Será que a sociedade percebe uma magistratura que também é negra? Hoje, no TJDFT, na ativa, são seis negros, em um universo de quase 400 juízes. No dia que nós anunciamos o evento, tivemos reações de apoio e de rejeição ao evento.

As pessoas entendem essa iniciativa como algo preconceituoso?

Sim. Eu falei que a intenção é ter uma magistratura ainda mais unida. Tem gente que passou no concurso e acha que ficou branco. Quando uma colega negra passou no concurso, falaram para ela que juízes deveriam ter o cabelo liso.

Qual o motivo da baixa quantidade de negros na magistratura?

São diversos motivos que começam no nascimento. As cotas não representam apenas um programa de acesso social. Nós temos um preconceito enraizado. O preto é diferente e ao mesmo tempo não é. É diferente para não merecer acesso. Mas, quando se fala em diferenciar para ter acesso, ele é igual. Com as cotas, houve uma crítica geral, sendo que já tinha uma lei para o serviço público. Estamos chamando estudantes negros para esse debate. Eles serão os futuros juízes. Mostramos como é o acesso deles na magistratura.

A justiça tem cor?

Sim. Se a Justiça não tivesse cor, religião, não tivesse ideologia, não tivesse pluralidade, nós estaríamos com sérios problemas, porque temos uma sociedade com 204 milhões de brasileiros. Temos cinco, seis ou sete brasis dentro de um mesmo território, de gente que fala diferente em diversas partes do país. Se fôssemos uma única Justiça, acredito que teríamos problemas seriíssimos de responder.

A Justiça deveria ser neutra?

Neutralidade não se confunde com imparcialidade. O juiz não deve ser parcial em momento algum. Agora, quanto mais neutralidade tivermos, mais afastados estaremos dos problemas pontuais, críticos e sensíveis da sociedade. A imparcialidade é fundamental. A neutralidade afasta, distancia. Vamos discutir se é importante ter uma estrutura que também se reconheça negra. Hoje, temos associações de juízes espíritas, grupos internos de mulheres e magistrados que apoiam determinados tipos de trabalhos judiciais.

Qual a porcentagem de negros na magistratura que o senhor gostaria de ver em dez anos?

Eu espero que a gente chegue a pelo menos 5%, embora seja um número ousado.

O que mais é preciso ser feito além da discussão?

Os tribunais devem chamar essa temática para dentro de suas estruturas. Nós convidamos a ministra Cármen Lúcia para o encontro. Estamos com uma série de pautas, como a de questão de gênero. Depois as universidades precisam trabalhar isso também. Ela já tem a política de cotas. Mas, qual é o trabalho que se faz para esse negro dentro do mundo jurídico? Qual é a orientação que essas instituições dão? Tem essa questão também da universidade construir a vocação. O embranquecimento da Justiça é silencioso. Não pretendemos focar apenas nisso. Temos que focar no juiz deficiente também. Nas mulheres que não conseguem alcançar cargos na administração das empresas. Nós teremos uma juíza que é ex-faxineira e estará no evento.

O senhor sofre preconceito?

Semana passada eu estava com um amigo, em uma festa, na Asa Sul. Meu amigo contou para um conhecido que eu era juiz. Ai o rapaz disse: não estou falando do negro, estou falando do branco. Eu moro no Sudoeste. Outro dia abri a porta para uma senhora entrar e ela perguntou se eu estava de plantão na portaria. Não que eu não possa ser porteiro. Mas a pergunta mostra que ela liga essa atividade somente a pessoas negras. No tribunal, a primeira vez

que eu fui julgado pelas pessoas foi bem na minha primeira audiência. Meu irmão, que veio para a posse, estava do lado de fora. O advogado de um réu chegou, olhou, voltou e comentou: “Estamos ferrados. Quem vai julgar é um neguinho.” Meu irmão disse: “É, ele é meu irmão”. O advogado abandonou a audiência. Foi embora, deixou o cliente dele lá. Outro dia uma amiga psicóloga me pediu para fazer um trabalho com juízes. Eu peguei o carro e fui para Planaltina com ela, no fórum da cidade. Quando eu entrei no prédio, o segurança veio e me disse: o senhor deixa a magistrada, pega o carro e espera lá fora.

A discriminação racial pesa mais do que a discriminação de gênero no Judiciário?

Eu não diria que o peso é maior ou menor. Mas a discussão de gênero já está em debate nos tribunais. Está na agenda da sociedade. No caso da racial, as pessoas nem discutem. Hoje, falar de questão racial é associado até mesmo à ideologia política de esquerda. E não é isso. É uma luta de todos e para todos.

O senhor tem alguma avaliação sobre homofobia na magistratura?

Se a questão racial já é complicada, essa é ainda mais silenciosa. Ainda precisamos caminhar muito para ter coragem e ousadia para colocar isso em debate. É algo que está aí, com que a gente convive, mas ignora. A Constituição faz uma opção por direitos fundamentais, que prega uma reconstrução da sociedade. E o Judiciário tem o dever de cumprir isso. Mas, internamente, ainda existe uma timidez para discutir esses assuntos. O Judiciário poderia protagonizar um debate social que enriqueça a sociedade. Hoje, temos uma conflituosidade enorme no país. São 102 milhões de processos, a maior cultura de conflitos do mundo. Para acabar com essa cultura, temos que adotar outros tipos de prática. No Núcleo Bandeirante, recebendo 180 meninos das escolas públicas para ter aulas de direito e cidadania, explicamos direitos desde o nascimento até a morte, como direitos da criança, da juventude e da velhice.

O que o motiva mais para essa tarefa?

Às vezes as pessoas falam que esse trabalho seria uma forma de promoção pessoal. Mas não é. Eu já estou aqui. Isso não muda nada na minha carreira, que já está consolidada. Eu só quero que meus filhos tenham uma sociedade melhor. Recebi até mesmo ataques pessoais de colegas que disseram que eu não os representava. São com ações como o encontro que conseguimos mobilizar a sociedade com essas questões. Não basta apenas a atividade nos tribunais. Nós fazemos muitas coisas pela Justiça. Mas temos que fazer mais ainda.

O senhor acha que o fim do preconceito passa pelas cotas?

Passa fundamentalmente pela educação. Quando a gente orienta as escolas do Núcleo Bandeirante, do Riacho Fundo e da Candangolândia para encaminharem os alunos para o projeto que temos nessas regiões, a gente diz: “Queremos o aluno de baixa renda, que tenha bom desempenho, porque nós ainda estamos preparando esse aluno para ser um multiplicador. Principalmente, traga pretos e pardos. E aparecem muito poucos. Nas bolsas de preparatório para juiz há o mesmo problema. Eu perguntei uma vez para uma pessoa: “Fulano, você soube da bolsa?” . “Soube, mas isso era para mim?”

Ele achava que não era negro ou não se sentia preparado?

É tudo junto.

Vocês já tiveram de recusar alguém para as bolsas porque não era negro? O nosso critério é o fenótipo. O edital para as bolsas traz uma ressalva: a pessoa é aceita se a ascendência for pelo genótipo preto, mas somente de pai e mãe. Tenho um aluno branco que veio fazer a inscrição e me disse: “O meu pai e a minha mãe são pretos”. Nesse caso, vamos entender a trajetória daquela pessoa. Ela é até mais discriminada.

Vocês acham que é razoável a distinção entre brancos, pardos e pretos?

Ela é útil. Conheço muitas pessoas que se dizem pardas. Esse pardo acabou descaracterizando muito a nossa identificação, a quantificação. Para mim, pardo é uma forma de você dizer: “Eu não vou me assumir como preto”. Meu

pai, que era um homem preto mesmo, na certidão de nascimento dele está escrito que ele era pardo. Um amigo comentou hoje comigo que achou forte a chamada de uma reportagem comigo, que falava “um juiz negro”. Ele achou ofensivo. Ou seja, o preto se tornou ofensivo. Sou negro. Tenho zero de ascendência branca. Meu pai e minha mãe são pretos. Meus irmãos, minha família são todos pretos e se casaram com negros.

Aos 15 anos o senhor decidiu que queria ser juiz. Mas quem foi sua referência? O que o motivou a dizer “eu posso chegar lá”?

Minha família não tinha ninguém formado. Não teve ninguém que tivesse terminado o ensino fundamental. Meu pai era analfabeto. Minha mãe cursou até a quarta série. Então, não tive essa referência familiar em termos de educação. Agora, uma referência, um patrimônio moral de superação vem do meu pai, que, mesmo analfabeto, administrava uma fazenda. E era um sujeito que tinha um valor na educação, que não conheço ninguém que tenha. E a responsabilidade de pai. Nós morávamos em uma fazenda e a cidade mais próxima ficava a 250km. Quando eu cheguei à idade escolar, o meu pai moveu o mundo para que o prefeito instalasse uma escolinha lá na fazenda. E ficava a 23 km de distância da minha casa. Nunca faltei a um dia de aula. Quando terminei a quarta série, e eu ia para a quinta, meu pai pediu as contas de um emprego de 10 anos e fomos para a cidade. O meu pai saiu do trabalho sem direito nenhum, já que a fazenda não recolhia nada. Fomos morar em um barraco na cidade para eu ir para a escola. Alguém me disse: “Sem querer ser egoísta, penso que nossos filhos são a nossa continuidade em outras pessoas”. Com o tempo, fui tendo essa percepção. Realmente, eu sou a continuidade daquela criatura que não tinha limite. Meu pai era assim e, ao mesmo tempo, um cara inocente. E disse para minha mãe: “Vamos embora daqui porque meus filhos vão estudar”. Acho que quando decidi ser juiz fui um cara muito inocente.

Como as propostas do senhor ajudariam o Judiciário?

Se a sociedade tem condições de dialogar com a magistratura, tem um salto de amadurecimento extraordinário. Isto vem da administração: o líder você não obedece, respeita. A sociedade nos obedece. Eu não quero isso. Quero ser respeitado. Essa é a magistratura do futuro. A magistratura do gabinete,

da sentença, a meu ver, vai perder espaço. Se você dialoga, se você fortalece, aí você não tem egos. E é disto que nós precisamos: desenvolver práticas para poder trazer a comunidade para discutir, para dialogar e ela resolver os seus problemas. Ela vai ter condições de resolver seus próprios problemas.

O juiz tem duas férias de 30 dias durante o ano mais o recesso. Isso está certo?

Se justifica, sim. Mas temos outras categorias que também merecem esse regime. É o caso de todo o trabalhador brasileiro que tenha de lidar com conflitos que envolvem a vida, o deferimento de uma UTI às duas horas da madrugada. Aqui no DF é assim: tem gente morrendo na rede pública, indo para o hospital. Hoje, temos um trabalho que estamos fazendo com relação à proteção da infância e juventude 24 horas por dia. Há juízes envolvidos com questões da criança e do adolescente em conflito com a lei. Esse juiz não é um servidor que cuida daquilo como se fosse um material comum. Eu trabalho com o crime, e dentro do crime, tem um recorte com relação ao crime de abuso sexual infantil. Na minha vara, eu julgo 10 casos por mês, em uma região minúscula. Pessoalmente falando, quando eu chego ao fim mês, do ano, tudo isso é complicado para a minha saúde mental.

Mas para o médico, o enfermeiro e o policial, o trabalho também não é penoso?

Com certeza. O médico, o enfermeiro e o policial e uma série de outras pessoas. Não é somente o juiz que deve ter esse direito, de jeito nenhum. Estou dizendo uma coisa que acontece comigo, que acontece com os meus colegas magistrados no dia a dia. Lidar com o conflito humano é uma questão dramática demais. Em algumas áreas, a gente se questiona se vai voltar para trabalhar no dia seguinte. Se é isso mesmo que está preparado para encarar.

Como tem funcionado a sua atuação na comunidade?

Lá no Núcleo Bandeirante, eu sou convidado para reunião de pais, na escola. É importantíssimo estar presente lá na reunião de pais. Foi a realização de um sonho ser titularizado no Núcleo Bandeirante, que tem essa cara de cidade pequena. Ando muito pelas ruas. Sou professor lá também, no projeto

e nas escolas, fazendo palestras. Eu me sento com o pai do menino e digo: “Olha, seu filho tem tudo para poder alcançar uma série de coisas . Eu não quero ele depois lá no fórum (para ser julgado)”. Eu convido todos para reuniões no fórum. Faço isso, primeiro, porque quero que a comunidade se aproxime mais do sistema de Justiça . Segundo, porque é pedagógico para os pais também, que dizem:”Pôxa, não quero meu filho aqui, não”.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios já teve algum presidente negro?

Não, não teve. O desembargador Sandoval Gomes de Oliveira é o único na segunda instância. Teve o presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), o desembargador Romão Cícero Oliveira, que fez um livro. E um dos livros era sobre direito eleitoral do negro. O desembargador queria um capítulo sobre a Justiça Eleitoral, sobre a participação política do negro.

O senhor entrou por cotas no concurso público?

Não. O meu concurso não tinha isso. O programa de cotas para a Justiça é recentíssimo.

Mesmo assim o senhor acha que é necessário ter cota?

Sim, muito. Alguém me marcou na postagem dizendo que eu não precisei de cota para me tornar juiz. Eu disse para nunca mais fazer isso, pois não sou exemplo. Eu sou a exceção da exceção. Eu participei agora de uma seleção para doutorado na UnB. E não fiz pela cota, por já ser mestre, por ser juiz e por conhecer o método de seleção. Mas aí o pessoal veio falar comigo sobre a importância de afirmação ao usar as cotas. Eu concordei.

A cota não pode criar uma brecha para que as pessoas olhem para quem não entrou por cota e pense que só poderia estar ali por cota?

Uma juíza escreveu um texto sobre essa questão de meritocracia. Ela, como juíza branca, falou que sua trajetória foi muito fácil: era filha de funcionários públicos, estudou nos melhores cursinhos. Mas tem gente que não tem esse acesso que ela teve. E não vai ter essa chance do mérito.

Qual pode ser o efeito sem a cota na seleção?

Em São Paulo teve uma pesquisa muito séria, que avaliou duas mulheres. Uma branca e uma negra. Com todo o perfil muito similar. Elas foram estudadas a partir do acesso ao emprego. E se calculou que existe uma diferença de ao menos 20% para o acesso das duas.

Mas isso não cria uma pecha para quem é selecionado por cotas?

Onde eu dou aula, os estudantes cotistas têm desempenho maior que os não cotistas. O mesmo ocorre na UFRJ e na UnB, que também já possuem dados sobre isso. As pessoas têm que entender que as cotas não são um favor, pois as pessoas não tem o acesso. Ninguém fala que não vai dar o direito por alguém por conta da cor da pele. Mas elas o fazem, sem perceber. Inconscientemente, a sociedade nega esse acesso. E nega por conta da cor da pele.

Quais seus planos a longo prazo?

Eu quero estar em um lugar que trate as pessoas com igualdade. Eu quero influenciar pessoas para aquilo que eu acredito em matéria de igualdade.

O senhor pensa em seguir carreira política?

Não é meu perfil. Fora do Judiciário, eu descarto completamente. Eu sou vocacionado como juiz. Eu não sei se eu saberia fazer outra coisa. As transformações que eu vou procurar influenciar será no papel de juiz.

Há pessoas que veem exagero no fortalecimento da imagem do juiz na luta contra a corrupção, citam Sérgio Moro. O que o senhor acha?

Eu penso que não podemos ter juízes heróis. Quando se fortalece demais um personagem, um juiz, se corre maior risco de que a sociedade de frustrar. Não se pode colocar nas mãos do juiz Sérgio Moro o fim da corrupção. A Justiça é uma pequena parte desse processo, muito importante, mas pequena. Precisa mudar nossa cultura. Precisamos deixar claro que o Moro tem esse viés simbólico para nos ajudar a compreender esse fenômeno que o Brasil atravessa, de remover velhas práticas. Mas o Judiciário em si não pode ser

personificado. As pessoas me perguntam o por que não faço o que o Moro faz. Não é assim. Ele tem outra competência.

Juízes podem ser criticados uns pelos outros?

Uma vez um colega me disse que não podemos criticar decisões dos colegas. Eu disse que até concordaria com isso no dia em que toda a magistratura fizer um trabalho em cadeia, em uma teia. A magistratura precisa de unidade. Não deve ser apenas a visão de um e de outros. No dia que isso mudar, apoio as decisões dos colegas.

Para o grupo de magistrados negros, ou de estudantes negros de direito, faz bem ter a imagem do ex-ministro Joaquim Barbosa?

Faz. Mas são coisas diferentes. Uma coisa é a trajetória do Joaquim Barbosa. Outra coisa é eu pegar um magistrado e usar a imagem dele para definir a Justiça. O Moro me ensina como magistrado, como colega de trabalho. Ele tem coragem.

Uma vez o Joaquim Barbosa se irritou com um repórter que abordou o fato de ele ser negro. O senhor acha que esse tipo de questionamento o incomodava?

Quando o Joaquim foi nomeado para o STF (Supremo Tribunal Federal), ele já tinha um grande passado. O que o incomodava era o fato de as pessoas só o viam por ser negro. Incomoda esse discurso de que, com um imenso e vasto currículo, a cor da pele fale mais alto. As credenciais dele para o STF até ultrapassavam o necessário. Tem gente lá com bem menos qualificações do que ele. Destacar que tem um negro na corte ou em qualquer cargo é importante. Mas não se pode esquecer de ressaltar a competência para se ocupar o cargo. O negro tem que estar o tempo todo justificando as coisas. Um criminoso é preso por estupro, homicídio, e é negro. Logo se tem que destacar que não é por ser negro que ele fez aquilo. Os brancos não precisam dar essa justificativa.

Nas suas decisões como juiz, alguém já lhe acusou de inocentar um réu ou condenar por ser negro?

Nas minhas decisões, não. Mas tenho uma colega juíza que atuou em um caso em que o réu era um skinhead, que pediu a suspensão dela por ser negra. Isso pra mim não tem fundamento algum. Nas minhas decisões, o que eu levo em conta é o processo. Na minha decisão o que avalio é o contexto, inclusive a exclusão racial.

E como isso poderia influenciar na sua decisão?

Às vezes, a pessoa chega ao delegado de polícia e fala: lá no Park Way estão ocorrendo muitos furtos, há muita criminalidade. E acusa uma pessoa negra. O que eu vou avaliar é se tem provas para aquilo. Se não é apenas uma representação ou algo simbólico. Será que concretamente existe um perigo ou é um grupo de pessoas que se sente acuado por conta do perfil de outra pessoa? Todos nós pensamos que preto se associa com portaria, com empregada doméstica, com segurança. E muita gente pensa que preto se associa com bandido. Mas preto também pode ser juiz, pode ser professor. Assim como nem todo preto é bandido. Será que esse preconceito também não está na cabeça do juiz? Será que o judiciário encarcera o mesmo número de pessoas entre todos os perfis? Outro dia eu estava na casa de um amigo. Os avós dele dizem que me adoram. Um dia me disseram: você é crioulo, mas é tão gente boa.

Sempre se falou que a Justiça só prende negro e pobre. É verdade?

A Justiça faz isso porque hoje, na esfera criminal, nosso público é preto e pobre. Isso ocorre por conta da exclusão social. Outro dia, na Candangolândia, uma moça desempregada furtou uma calça e uma blusa. Foi presa em flagrante. Quando eu fui julgar, fiquei pensando nos outros casos. A prisão dela foi convertida em preventiva. Ou seja, ela ficou presa. Eu pensei: vamos pegar todos os casos como esse, inclusive os que eu julguei, e saber se estão presos. Tem um sujeito, playboy, que matou dois rapazes, por questões de droga, e está solto. Eu não posso trabalhar com essa contradição. É provável que alguma coisa esteja errada.

Qual foi a decisão do senhor neste caso? O senhor manteve a acusada de furto presa?

Não, eu a soltei.

O senhor acha que a Justiça condena demais?

Eu acho que a Justiça condena mal, não demais. Hoje, no DF, temos uma grande quantidade de promotorias criminais. Dentre as criminais, as que combatem o desvio de dinheiro público são infinitamente menores. Se trabalha mais para prender quem rouba o toca-fitas do carro do que quem rouba milhões. Se eu invertesse isso, eu teria dinheiro para investir em educação. E todos os crimes de menor potencial se reduziriam. Será que o nosso processo penal, que se usa para julgar quem furta uma bicicleta, serve para essas pessoas, que criam nossas leis? É um sujeito que cria as leis que vai julgar ele mesmo. Será que não chegou a hora de a gente dizer que algo tem que mudar? Não seria o caso de se criar uma forma de combater criminalmente a corrupção?

Não é isso o que faz o Barbosa e o Moro pessoas com grande aprovação na sociedade?

Exatamente.

Então o senhor é a favor da severidade com que a Justiça tem agido nos casos de corrupção?

Muitas pessoas criticam, dizendo que são métodos heterodoxos, com violação de direitos fundamentais. Eu não defendo nenhum tipo de violação de direitos. Mas não sou o CNJ. Será que o nosso processo penal lá, que a gente usa para o réu que furtou uma bicicleta, funciona para esse sujeito que está declaradamente não alinhado com a norma, com o sistema? Ao meu ver, não funciona. Não se deve tratar as pessoas iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual? Talvez o processo penal precise realmente ser melhor tratado, fortalecido, para essas pessoas. Estamos lidando com pessoas que têm a capacidade de ir lá e fazer uma lei processual penal para conduzir a investigação a que estão submetidas. É um sujeito que precisa ser olhado de modo diferente. A gente não combate organização criminal diferentemente do sujeito que age sozinho? Precisamos criar uma forma especial de combater criminalmente a corrupção.

MPF/RJ move ação contra Bolsonaro por declarações ofensivas a negros e quilombolas

Deputado federal pode ser condenado a pagar indenização de R\$ 300 mil por danos morais coletivos

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ), por meio dos procuradores da República Ana Padilha e Renato Machado, ajuizou ação civil pública contra o deputado federal Jair Messias Bolsonaro por danos morais coletivos a comunidades quilombolas e à população negra em geral. A ação foi protocolada nesta segunda-feira (10).

[\(MPF, 10/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em 3 de abril, o deputado realizou uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, na qual ofendeu e depreciou a população negra e os indivíduos pertencentes às comunidades quilombolas, bem como incitou a discriminação contra esses povos. Na ação, os procuradores da República sustentam que o réu utilizou informações distorcidas, expressões injuriosas, preconceituosas e discriminatórias com o claro propósito de ofender, ridicularizar, maltratar e desumanizar as comunidades quilombolas e a população negra.

Na ocasião, o deputado afirmou, por exemplo, que visitou uma comunidade quilombola e “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”. Ainda citando a visita, disse também: “Não fazem nada, eu acho que nem pra procriador servem mais”. Para os procuradores da República Ana Padilha e Renato Machado, tais afirmações desumanizam as pessoas negras, retirando-

lhes a honra e a dignidade ao associá-las à condição de animal.

No presente caso, o julgamento ofensivo, preconceituoso e discriminatório do réu a respeito das populações negras e quilombolas é incontestável. “Com base nas humilhantes ofensas, é evidente que não podemos entender que o réu está acobertado pela liberdade de expressão, quando claramente ultrapassa qualquer limite constitucional, ofendendo a honra, a imagem e a dignidade das pessoas citadas, com base em atitudes inquestionavelmente preconceituosas e discriminatórias, consubstanciadas nas afirmações proferidas pelo réu na ocasião em comento”, concluem os procuradores na ação.

Se condenado, o deputado federal pode ser obrigado a pagar indenização no valor de R\$ 300 mil pelos danos morais coletivos causados ao povo quilombola e à população negra em geral, a ser revertida em projetos de valorização da cultura e história dos quilombos, a serem indicados pela Fundação Cultural Palmares.

Assessoria de Comunicação Social

Procuradoria da República no Rio de Janeiro

#MeuProfessorRacista: Os relatos chocantes de racismo, preconceito e injúria racial em escolas e universidades

Uma campanha da Ocupação Preta - coletivo de alunos e alunas negras da USP - deu luz, nas redes sociais, às situações vexatórias e humilhantes a que todo estudante negro sofre em ao menos algum momento da vida escolar ou universitária. Relatos vão desde apelidos, passando por exclusão a discursos

meritocráticos e elitistas.

[\(Fórum, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Começou a viralizar nas redes sociais, na noite desta segunda-feira (3), a hashtag #MeuProfessorRacista, em que negros e negras relatam situações de racismo, preconceito e injúria racial que sofreram em ao menos algum momento de suas vidas na escola ou na universidade.

Leia mais: [Perfil racial dos docentes da USP analisa baixo índice de professores negros \(Paineira USP, 23/03/2017\)](#)

A campanha surgiu a partir de uma iniciativa da Ocupação Preta - coletivo de alunos e alunas negras da Universidade de São Paulo (USP) -, que divulgou o caso de uma professora que tratou com chacota uma discussão sobre a questão racial na obra de Monteiro Lobato e o racismo em marchinhas de carnaval.

“Sabendo que se perpetua nas universidades uma diretriz e um embasamento teórico pertencente à branquitude, levantamos a necessidade de que a professora conheça, discuta ou ao menos escute o que os alunos têm a dizer, abandonando seu posto de superioridade”, escreveu o coletivo, contando ainda que, após a discussão, foram expulsos da sala de aula.

Foi lançada, então, a hashtag #MeuProfessorRacista e milhares de depoimentos, muitos deles, chocantes, começaram a surgir e explicitar o quão grave é o problema do racismo no ambiente escolar e universitário. Os relatos vão desde apelidos, como “sabonete de mecânico”, macaco, macaca, entre outros, passando por exclusão de grupos de trabalhos, situações vexatórias como mandar colher comida do chão para “aprender a não desperdiçar”, até discursos meritocráticos e anti-cotas, como se os negros beneficiados por programas de cotas não merecessem ocupar aquela vaga.

Confira abaixo alguns dos depoimentos.

[#meuprofessorracista](#) disse que eu não passaria de nada além de uma negra tipo "exportação"

— fada da floresta (@ThaynaCairu) [3 de abril de 2017](#)

[#MeuProfessorRacista](#) me viu de coque com as tranças e disse "quem te enganou que ta bonito? Tira isso que ta feio" belíssimo sociólogo ele

— yas min (@mulheraodapirra) [4 de abril de 2017](#)

‘Não entrevisto negros’: a vítima por trás da denúncia viral que expôs preconceito em busca de emprego

A denúncia partiu do presidente da multinacional Bayer no Brasil. Em seu perfil no LinkedIn, Theo van der Loo relatou uma história "inaceitável e revoltante" de preconceito racial.

[\(BBC Brasil, 30/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

"Um conhecido meu, afrodescendente, com uma excelente formação e currículo, foi fazer uma entrevista. Quando o entrevistador viu sua origem étnica, disse à pessoa de RH que ele não sabia deste detalhe e que não entrevistava negros!", escreveu em seu perfil na rede social voltada para contatos profissionais.

No post, que já teve mais de 300 mil visualizações no LinkedIn, van der Loo

conta ter sugerido ao amigo que fizesse uma denúncia. Outra surpresa: a vítima avaliou que seria melhor não expor o caso por medo de “queimar” sua imagem. “Sou de família simples e humilde custou muito para chegar onde cheguei”, justificou.



Theo van der Loo
President at Bayer S.A.
4 días · Editado

...

"NÃO ENTREVISTO NEGROS"

Ontem, dia 24 de Março, ouvi uma história inaceitável e revoltante.

Um conhecido meu, afro-descendente, com uma excelente formação e currículo, foi fazer uma entrevista. Quando o entrevistador viu sua origem étnica disse à pessoa de RH que ele não sabia deste detalhe e que não entrevistava negros!

Eu disse ao meu amigo para fazer uma denúncia. Ai outra surpresa!

A resposta: "Pensei, mas achei melhor não fazer, pois posso queimar minha imagem. Sou de familia simples e humilde custou muito para chegar onde cheguei".

2.663 recomendaciones · 792 comentarios

Recomendar Comentar Compartilhar

A repercussão do episódio surpreendeu o presidente da Bayer Brasil - e mais ainda a vítima, localizada pela BBC Brasil.

X., como o chamaremos aqui, permanece convencido de que revelar a sua identidade e a empresa para a qual faria a entrevista de emprego somente prejudicaria sua carreira.

“Há uma linha muito tênue entre algo que pode sensibilizar a opinião pública e acabar com a minha carreira profissional”, considera ele, que está há sete meses desempregado e não quer correr riscos.

“Eu conheço o mapa mental do empresariado brasileiro, e, no Brasil, qualquer tipo de agressividade pode acabar se voltando contra você. Você pode rapidamente ser visto como ‘vitimista’ ou como um ‘cara problema’.”

X. tem trilhado uma carreira promissora na área de tecnologia da informação e aos poucos se firmou em cargos de gestão.

Nascido e criado em um “bairro tradicional” de São Paulo, bisneto de negros escravizados, neto de empregada doméstica, foi o primeiro de sua família a ir para a universidade, a sair do país e a cursar uma pós-graduação nos EUA.

Mas ele diz que o relato de preconceito está longe de ser exceção na sua trajetória profissional.

Quando X. foi atrás de seu primeiro emprego, aos 14 anos, pleiteando uma vaga de office boy em uma conhecida rede de varejo de material escolar, ouviu da moça que encaminhava os candidatos para preencher fichas que “não havia vagas” para ele; deveria procurar com os “amigos” do lado de fora, no estacionamento onde atuavam flanelinhas - todos negros.

Aos 20 e poucos anos, no programa de trainee de uma “grande organização brasileira” para a qual havia sonhado em trabalhar, conta que o gerente costumava chamá-lo de “nequinho do pastoreio”. Às vezes, também de monkey (macaco, em inglês).

“Ele dizia que eu dei sorte por não ser um negro beçudo, ser boa pinta, falar bem e não ser burro”, lembra.

Mais recentemente, aos 30 e poucos, descobriu uma troca de e-mails numa empresa para a qual prestava consultoria na qual funcionários o chamavam de “macaco” e faziam troça de seu estilo, e do fato de usar camisas da marca Lacoste. “Onde já se viu, negro com pinta de branco”, leu em uma mensagem. X. diz ter tido acesso a uma troca de e-mails por acaso, e levou o caso a um superintendente. O caso foi abafado. Pouco tempo depois, X. foi mandado embora.

“Infelizmente temos ainda esse câncer na sociedade brasileira, e existe ainda essa celeuma popular que associa negros a malandros, vagabundos e outros adjetivos pejorativos que povoam o imaginário coletivo”, diz ele.

‘Causa é de todos nós’

X. conheceu o presidente da Bayer Brasil pelo LinkedIn, e chegou a passar por uma série de entrevistas para uma vaga na Bayer. Não conseguiu o emprego, mas os dois continuaram em contato, também devido à reconhecida atuação de Theo van der Loo para promover diversidade no mundo corporativo.

Van der Loo é brasileiro, filho de holandeses, e preside a Bayer nacional

desde 2011. A empresa tem quatro mil funcionários no Brasil, dos quais 14% são negros, segundo um censo interno realizado em 2014.

Em 2015, Van der Loo recebeu o prêmio de personalidade do ano do Fórum São Paulo Diverso, na categoria de estímulo a ações afirmativas. Está sempre de olho em profissionais afrodescendentes que possam preencher os quadros da empresa - ou, se o perfil não for adequado para a Bayer, que possa ajudar a posicionar em outras empresas através da sua extensa rede de contatos, como buscava fazer com X.

“Eu estava tentando achar empresas que pudessem se encaixar no perfil dele”, conta. “Nos falamos outro dia por telefone e ele contou essa história. Resolvi postar aquele comentário por revolta”, indigna-se.

“Jamais imaginei que meu comentário fosse gerar tanta discussão. Comecei a receber muitos e-mails de pessoas que não queriam se expor publicamente, relatando ter passado por situações semelhantes à de X. A coisa é muito mais frequente e profunda que eu imaginava.”

Nas centenas de comentários gerados pelo post, alguns miravam o próprio van der Loo, com críticas por estar falando em nome da causa negra. Ele diz que sua intenção não é, de maneira alguma, assumir um protagonismo nesta luta.

“A causa é de todos nós. Quem tem que estar à frente são os afrodescendentes. Quero só ser o mensageiro, quero ajudar. É importante que a sociedade saiba sobre esses casos que estão sendo relatados de forma anônima.”

‘Apartheid velado’

Van der Loo vem se engajando para conscientizar seus pares e promover uma “atitude proativa” na busca de mais diversidade racial no mundo corporativo.

“Não adianta apenas o RH (a área de recursos humanos) implementar programas em prol da diversidade. Se o CEO (o presidente das companhias) não mostrar interesse e se comprometer, não vai acontecer muita coisa. Porque no fim das contas são os gestores que contratam.”

Além da política interna de aumentar a diversidade no quadro da Bayer, ele faz parte do grupo CEO Legacy, formado no ano passado pela Fundação Dom Cabral, com grupos de trabalho formados com foco em diferentes causas sociais. Ele abraçou a causa da integração racial e vem formulando um plano de ação para compartilhar experiências e levar modelos bem-sucedidos a outras empresas.

“O Brasil tem uma espécie de apartheid velado”, diz van der Loo. “Mais de 50% da população é formada por afrodescendentes. Nas empresas, você só vê essas pessoas na fábrica, e muito poucas nos escritórios. O país não vai avançar se não conseguir superar essas diferenças.”

‘Limitação intelectual’

X. não revela qual era a empresa que “não entrevista negros”. Diz apenas que é de “grande porte” e assegura que a repórter provavelmente tem produtos de lá, assim como ele já teve. Ele concorria a um cargo de gestão intermediário e já havia passado por uma etapa no processo de seleção, com o coordenador de recursos humanos.

Quando voltou para a segunda e fatídica entrevista na empresa, o mesmo coordenador que o entrevistara antes o levou para a sala do gestor. “Poxa. Você nunca percebeu que eu não contrato negros?”, o executivo teria perguntado ao coordenador na sala, ao ver, mas não olhar, para o candidato.

X. diz ser um homem “tranquilo e bem resolvido”, e portanto manteve a compostura diante da agressão verbal. Agradeceu pela oportunidade e saiu da sala.

“Achei um desrespeito e deselegância para quem já se encontra em nível de liderança. O tratamento foi realmente deplorável. Mas a postura dele, no fundo, não tem nada a ver comigo. Para mim, o preconceito étnico ou de gênero é uma limitação intelectual. Denota o quanto ele é uma pessoa limitada.”

X. diz seguir confiante na busca de um emprego à altura de seu currículo e da trajetória que vem traçando.

“Eu me sinto tranquilo porque sei quem eu sou. Enquanto representante da etnia afro no Brasil, quero ser uma referência para outros jovens de periferia - para que tenham outras referências além de sambistas, pagodeiros ou jogadores de futebol, e saibam que, se estudarem, buscarem desenvolver suas habilidades, acumularem cultura, vão conseguir ser cidadãos dignos.”

Júlia Dias Carneiro

Da BBC Brasil no Rio de Janeiro

Mulheres vítimas de racismo cobram que setores da sociedade pensem sobre seus lugares de privilégio

Ser mulher é um risco e, quando se é negra, se torna ainda mais perigoso. Nesta reportagem especial, vítimas de diversas discriminações refletem a respeito da importância da denúncia e alertam sobre como a legitimação social tem contribuído para a violação de direitos de pessoas negras

[\(Fórum, 29/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Estes são relatos de três pessoas que, recentemente, sofreram uma série de discriminações em Belo Horizonte por serem mulheres negras. A estudante e cantora de 18 anos Marcela Carvalho, conhecida como Madu, foi presa injustamente no dia 14 de fevereiro, acusada de ter participado de um incêndio em ônibus na capital mineira.

Madu ficou detida por quatro dias e teve que pagar fiança de R\$ 937,00. O valor foi arrecadado por movimentos sociais que se mobilizaram para ajudá-la. Há mais de um mês, a jovem usa tornozeleira eletrônica e permanece em

prisão domiciliar. Nesta terça-feira (28), foi realizado o julgamento do habeas corpus para a revogação da prisão e retirada do dispositivo de monitoramento.

O pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, apesar de Madu reunir todos os requisitos legais exigidos para responder ao inquérito em liberdade, de acordo com o advogado da estudante, Thales Viote. Madu tem bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa. Ainda segundo a defesa, o inquérito que investiga a autoria do incêndio está em tramitação na Delegacia de Organizações Criminosas.

A moradora da Ocupação Eliana Silva foi acolhida na Casa de Referência da Mulher Tina Martins e está há mais de um mês sem frequentar a escola. Foi presa no primeiro dia letivo do ano. “Estava muito feliz. Depois da escola, fui para a casa de uma amiga. Na volta, enquanto esperava o ônibus, uma senhora me pediu ajuda para avisar quando o dela chegasse. Ela estava com a perna ferida e sozinha. Então, me ofereci para levá-la à UPA. Fiquei um tempo lá, mas tive que ir embora porque tinha aula no outro dia. No ônibus de volta para a casa, uns adolescentes entraram e falaram para todos descerem. Eu saí correndo e eles incendiaram o veículo”, relata Madu Carvalho. A estudante afirma que foi vítima de racismo e que vai processar o Estado.

Apesar da situação que tem vivido, Madu faz planos para o futuro. Um deles é o de se tornar cantora e compositora de sucesso. Todas as letras que escreve são histórias da realidade. “Eu canto todos os estilos. Eu gosto é de cantar”, afirma. Outro desejo é o de ajudar mulheres presas: “Gostaria de fazer eventos musicais para elas”.

Outro caso que ganhou repercussão na capital ocorreu no dia 1º de março, quando a ativista do movimento negro Vanessa Beco foi detida durante a concentração do bloco Arrasta, no Morro das Pedras, região Oeste de Belo Horizonte. Segundo a Polícia Militar, ela não quis se identificar durante a abordagem, o que caracterizaria como desobediência. Porém, de acordo com a vítima, os agentes da PM agiram de forma equivocada. “Uma das várias discriminações foi a de me levar detida por desobediência com o argumento de que eu não queria me identificar, mas, desde o início, a gente se

identificou”, explica Vanessa.

Por meio de nota, as advogadas Ana Paula Freitas, Mariana Septímio e Jozeli Rosa, da Rede de Advogadas Populares, que atua no caso, informaram que “o procedimento criminal contra Vanessa Beco parte da percepção de que as polícias, historicamente, se encontram completamente despreparadas para atuar com respeito à dignidade da pessoa humana junto às comunidades de favelas e a população negra, na promoção da cultura, por meio do carnaval de rua de Belo Horizonte, tendo em vista que, ao serem indagadas de forma legítima pela sua abordagem violenta e arbitrária, acusam injustamente Vanessa de praticar delito de desobediência”.

“Mais um caso de racismo institucional praticado pelas polícias, bem como pelo Poder Judiciário e seus aparatos repressivos. No dia 23 de março aconteceu audiência em que representante do Ministério Público insistiu em oferecer transação penal, mesmo sabendo de representação aberta de ofício pelo Ouvidor de Polícias do Estado de MG, pela responsabilização por abuso de autoridade por parte dos policiais militares e civis, o que coloca em questionamento a veracidade do relatório apresentado pelo delegado”, diz o comunicado.

Vanessa acrescenta que a situação em que foi detida mostra um viés de machismo e autoritarismo dos policiais. “Para além de ser uma pessoa favelada e negra, era também uma mulher se posicionando diante deles. É muito importante que as pessoas deem conta de se rever, de descer do pedestal, de pensar nos seus lugares de privilégio”, observa.

O caso mais recente que ganhou notoriedade em BH ocorreu no dia 20 de março. Ao embarcar em um ônibus, a cabeleireira afro Taciana Cristina sentiu alguém puxando o seu cabelo. Quando olhou para trás levou um tapa no rosto. “Eu perguntei por que ele tinha feito aquilo e ele disse ‘eu não gostei do seu cabelo, sua macaca!’”. O agressor é advogado, tem 70 anos e se chama Walter Roberto do Amaral. “Um homem queria bater nele. Eu impedi, porque violência gera violência”, ressalta.

Por duas vezes, Amaral tentou pegar um táxi e fugir, mas foi impedido pela vítima e por testemunhas. Na delegacia, após a cabeleireira prestar queixa e

o agressor ser ouvido, o delegado definiu o delito cometido como injúria racial. Após pagar fiança de R\$ 1.000, Walter Roberto do Amaral foi liberado.

Mobilizada para atuar neste novo caso, a Rede de Advogadas Populares informou, em nota, que entende que “o delito deveria ser enquadrado como racismo e não meramente no tipo penal de injúria racial, posto que existem indícios suficientes de que Walter Roberto do Amaral, ao proferir xingamentos, agrediu todo o povo negro e não somente Taciana Cristina e violentou de forma direta física e psicológica, a partir de sua crença de superioridade racial branca e da impunidade ao se apresentar como advogado.

“O pagamento da fiança arbitrada pelo delegado não encerra o caso, que já é objeto de investigação em inquérito policial e será encaminhada (para a OAB) representação via Comissão de Ética e Disciplina, a fim de responsabilização do autor do fato, por violação do Código de Ética e Disciplina”, prosseguiu.

A reportagem entrou em contato com o escritório de Walter Roberto do Amaral e solicitou uma entrevista com ele ou com seu advogado. Porém, uma funcionária afirmou que ele não irá se pronunciar sobre o delito cometido.

Racismo x Injúria Racial

Pela legislação, a injúria racial está prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, que estabelece o delito como ofensa que atinja a subjetividade da pessoa utilizando elementos como cor, raça, etnia e religião. A pena é de 1 a 3 anos de prisão ou pagamento de fiança. “Quando se xinga uma pessoa de macaca, de crioulo, se coloca como injúria racial. Dependendo das circunstâncias, mesmo sendo detida em flagrante, a pessoa pode ser liberada e responder em liberdade”, detalha o Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/MG, Gilberto da Silva Pereira.

Já o racismo tem uma lei específica, a 7.716/1989, e é estabelecido quando se atinge uma coletividade. É um crime que não tem fiança, não prescreve e a pena é muito maior do que a por injúria racial. “A gente tem o entendimento, e a própria Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB/MG estuda isso, que há necessidade de mudanças nessas tipificações porque quando

você atinge uma pessoa de uma etnia qualificando ela como um ser inferior, você automaticamente está atingindo uma coletividade porque ela não é a única pessoa negra do mundo”, destaca.

“Então, a gente tem que lutar pela igualdade do racismo com a injúria racial. Quando vier essa mudança, teremos uma redução nos casos porque pessoas que covardemente cometem esses crimes de injúria racial, que na verdade é racismo, geralmente são pessoas com patamar mais elevado na sociedade. Elas têm condições de pagar fiança e estão certas da impunidade”, argumenta Silva.

Gilberto da Silva está desde agosto de 2016 na presidência da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB-MG. O repúdio ao racismo e campanhas de conscientização são algumas das medidas da instituição contra as discriminações recorrentes. A última campanha lançada no estado pela Comissão foi “Mostre o Cartão Vermelho para o Racismo” em outubro do ano passado.

Violência invisível

A violência contra pessoas negras em nosso país ocorre todos os dias e muitas vezes é invisível. A diferença dos casos de Vanessa Beco, Madu Carvalho e Taciana Cristina é que tiveram visibilidade. Vanessa é ativista do feminismo negro, do movimento negro e da cultura hip hop. Ela lembra que o povo negro tem sofrido cotidianamente várias violências. “Essa sociedade tem assinado embaixo de situações como o nosso genocídio, que tem sido denunciado, a gente tem um extermínio específico, o da juventude negra. São números alarmantes, diários, mensais, anuais e a sociedade não toma uma postura sobre isso, então ela está fazendo uma opção por nos matar, por nos desumanizar”, enfatiza.

As consequências psicológicas para quem sofre racismo são intensas. Taciana Cristina, por exemplo, conseguiu dormir somente quatro dias após a agressão. “Eu cochilava e sonhava por trinta minutos, acordava e depois custava a pegar no sono de novo. Você fica com medo de dormir, daquele sonho voltar e lembrar de tudo novamente”.

A cabeleireira recebeu apoio, além da família, do Instituto Todo Black é Power, onde trabalha, de membros do bloco Angola Janga e, principalmente, de outras mulheres negras. “Muitas disseram que o tapa não foi apenas na minha cara, foi na delas também, que o advogado racista ofendeu elas também. Logo, eu pensei: meu Deus, como sou amada!”.

Por Alessandra Dantas, colaboradora da Rede Fórum de Jornalismo

Ele chamou Ludmilla de ‘pobre e macaca’ e ela respondeu com aula de combate ao racismo

“É uma coisa que não dá para entender. Era pobre e macaca. Mas pobre pobre mesmo”

A frase foi dita pelo apresentador Marcão do Povo, da versão brasileira do programa *Balanço Geral* da RecordTV ao se referir à cantora Ludmilla. Em seguida, ele emendou que “também era pobre e macaco, falava isso para os meus amigos. Hoje eu digo que sou rico de saúde, graças a Deus”.

[\(Brasil Post, 18/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Na noite de ontem, terça-feira (17), Ludmilla publicou o trecho do programa em que o apresentador a ofende em seu Instagram. Junto com as imagens, ela escreveu um texto em que lamenta as afirmações dele e aproveitou para fazer dar uma aula sobre a importância de combater a discriminação e o racismo.



montagem/reprodução/instagram

Ela escreveu:

*“Infelizmente, ainda existem pessoas que não compreendem que a discriminação racial é crime e alguns, ainda usam o espaço na mídia para noticiar mentiras ao meu respeito, ofender, menosprezar e propagar todo o seu ódio. **Não deixaremos impune tais atos, trata se de um desrespeito absurdo, vergonhoso.**”*

E completa:

*“Fica evidente que esse cidadão não possui **nenhum pudor ou constrangimento em ofender alguém em rede nacional.** Como já foi dito por Paulo Autran, “todo preconceito é feito da ignorância”, visto que os racistas não possuem um conhecimento de moralidade, tratando sua própria cor de pele como superior e única. Isso tem que ser combatido e farei a minha parte, quantas vezes for necessário.”*

A afirmação do apresentador foi feita durante o quadro “A Hora da Venenosa”, no momento em que apresentadora Sabrina Albert contava como a cantora faz para evitar fotos com os fãs. Segundo Sabrina, Ludmilla combina com os garçons para dizer que ela está resfriada e por isso os fãs não podem se aproximar dela.

A reação de Marcão ao ouvir o comentário foi dizer que “isso é uma coisa que não dá para entender”, que a cantora “era pobre e macaca”.

[À redação do NaTelinha](#), por meio da assessoria de imprensa, o apresentador afirmou que a afirmação foi divulgada **fora de contexto**.

“Como é público e notório, eu sou de uma cidade do interior do Tocantins, aonde cresci e desenvolvi diversos costumes, dentre os quais alguns vícios de linguagem. A expressão citada pela reportagem é uma delas: em nenhum momento quis ofender a cantora por sua cor. O termo ‘macaco’ é utilizado no Centro-Oeste sem teor pejorativo. Por exemplo: é bastante comum ver pessoas dizendo que ‘fulano é macaco velho’, pois já tem certa vivência em determinada coisa. É a mesma situação presente no vídeo, com a simples mudança do adjetivo que acompanha o termo. A acusação de racismo não procede. Minha carreira é marcada por respeito a todos, independente de cor, raça, credo ou qualquer outra coisa.”

Racismo escancarado

Segundo o [Correio Braziliense](#), Ludmilla vai entrar com pedido de prisão do apresentador na Justiça. O empresário da cantora, Alexandre Baptestini, disse que a mãe dela ligou para ele chorando muito. “Tem que acabar com isso no Brasil”.

A cantora já foi vítima de racismo outras vezes. Em um dos casos, a apresentadora [Val Machiori disse que o cabelo de Ludmilla parecia “bombril”](#). Em outro momento, [Ludmilla foi chamada de “crioula” e “macaca” por um de seus seguidores](#).

O crime de injúria racial está previsto no artigo 140, parágrafo 3 do Código Penal e consiste em “ofender a honra de alguém com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem”. A acusação por injúria permite fiança e tem pena de no máximo oito anos, embora não costume passar dos três anos.

Já o crime de racismo, previsto na Lei 7.716/89, não prescreve e não há direito à fiança. Para ser enquadrado neste crime a pessoa tem de menosprezar a raça de alguém, seja por impedindo o acesso a determinado local ou negando emprego baseado na raça da pessoa, por exemplo. A pena incluem multa e prisão, que varia de caso a caso.

O feminicídio de Campinas e o ar indiferente de uma questão de gênero

O artigo de Carol Patrocínio, [replicado](#) pelo *Ópera Mundi*, faz uma excelente análise dos diversos trechos da carta de Sidnei Ramis de Araújo, que matou a mulher, o filho de 8 anos, dez convidados de uma festa de fim de ano - oito delas mulheres - e depois se suicidou, em Campinas.

[\(Carta Campinas, 15/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Pela análise de Carol, e pelo conteúdo da carta deixada, o que parece difícil é justamente a percepção dos homens sobre a violência de gênero e os estereótipos de gênero. E isso nos remete a um terreno que convém repisar, para tentar avançar na mudança da cultura que naturaliza a violência de gênero e a submissão das mulheres - ainda que tenhamos prosperado tanto nos últimos anos, ocupando todos os espaços e tornando transversal a questão de gênero.

Para avançar na equidade e desnaturalizar a violência, é fundamental que discutamos o problema em nível de educação - tanto formal, quanto informal.

Sabemos que boa parte dos homens que são autores de violência vivenciaram-na quando crianças entre seus pais, e, sem ter onde discuti-la, passaram com o tempo a considerar natural, e depois a reproduzir, um comportamento vivido inicialmente de forma traumática.

É por isso que, no que diz respeito à educação formal, batalhamos tanto por incluir, no Plano Nacional de Educação, assim como no Estadual e no Municipal, a discussão das “Questões de Gênero”.

Infelizmente, a bancada evangélica conservadora, seguida de demais segmentos conservadores - ou interessados no voto de fiéis das diversas

igrejas, dada a proximidade das eleições municipais - terminaram por derrubar o que rebatizaram de “ideologia de gênero”, a pretexto de que “estimularia a pedofilia”!?!...

Mais, passaram a estimular os pais a denunciar professores e escolas que ousassem discutir qualquer questão de gênero - tendo inclusive conseguido que dois professores mais corajosos fossem demitidos.

Tentam agora aprovar o projeto “Escola sem Partido”, que proíbe debates sobre política (como se um professor de história pudesse ensinar qualquer período sem discutir a política que o envolve e justifica!), entendida em seu sentido mais amplo possível.

Embora o projeto tenha provocado manifestações de repúdio e crítica, ainda não estamos livres do risco de sua aprovação, antecipado pela redução das matérias obrigatórias no 2º. Grau: foram excluídas História, Geografia, Filosofia, Educação Física, Música ou qualquer outra que não seja português, matemática e inglês - ou ensino técnico.

Perdemos assim este espaço fundamental para discutir e desnaturalizar a violência de gênero, os estereótipos, a discriminação racial ou por orientação sexual, as diversas formas e pretextos para o bullying, etc.

E perdem, esta e a próxima geração, a oportunidade de ter um espaço privilegiado para repensar os preconceitos. Não seria hora de calcular o enorme prejuízo social que a ausência de debate sobre as questões de gênero nas escolas provoca, e tentar reverter isso?

Mas há também outra poderosa educadora, esta informal, que deveria contribuir com o processo de desnaturalização da violência de gênero, mas faz exatamente o contrário: a velha mídia.

No caso de Campinas, a grande mídia agiu conforme sua tradição de ora banalizar, ora espetacularizar a violência de gênero. Ainda no fim de 2016, num dos programas de maior audiência dominical (*Domingão do Faustão*), o apresentador declarava que algumas mulheres sofriam violência doméstica porque “gostavam de apanhar”... E, embora a [Rede Mulher e Mídia](#) tenha entrado com processo exigindo retratação e direito de resposta, só recebemos em resposta o silêncio e a alegação de que a Globo não havia

recebido a carta - que lhes foi entregue por uma portadora nossa, em nosso nome...

Pouco tempo antes, o programa Zorra Total fazia humor insinuando que a mulher vítima de assédio no transporte público deveria “aproveitar”... a “delícia” do assédio? A violência que isso representa?!

No caso específico de Campinas, a grande mídia simplesmente reproduziu, acriticamente, a carta deixada pelo assassino. Divulgou-a, portanto.

No caso relativamente recente do estupro da jovem por 33 rapazes, no Rio de Janeiro, fartamente noticiado na grande mídia, a divulgação, como foi feita, resultou no aumento do índice de estupros do mês seguinte...

Há países que têm normas para a divulgação de casos de violência. Na Espanha, por exemplo, a mídia pode noticiar qualquer caso de violência de gênero, desde que preserve a identidade da vítima; preserve a identidade do autor da violência, até que se prove ser ele de fato o autor; divulgue a matéria incluindo uma entrevista com algum/a especialista que a analise e informe sobre a estrutura existente para defesa da vítima, de modo a lhe oferecer alternativas ao convívio continuado com o autor da violência; e acompanhe obrigatoriamente o caso até o fim, para demonstrar que a violência é passível de punição ... e, de fato, punida.

Na *Ley de los Medios* da Argentina, há fiscalização e cláusulas que proíbem a divulgação de violência física, psicológica, patrimonial e simbólica. Entende-se por “violência simbólica” a reprodução de estereótipos e preconceitos...

No Brasil não há regra nenhuma, e a grande mídia faz o que bem quer... E ainda reage a qualquer normatização, taxando-a de “tentativa de censura”... Como se fossem eles os defensores da “liberdade de expressão” (lamentavelmente reduzida, no caso deles, à “liberdade de expressão comercial”, e no nosso, “à democratização do acesso à mídia, ao dever de mostrar a diversidade da população e a pluralidade de opiniões, etc.”).

Não temos sequer leis de punição ao estímulo do ódio de gênero, na grande mídia e nas redes sociais. Queremos a internet livre, mas falta,

como há em praticamente todas as democracias, leis que punam o estímulo às diversas modalidades de ódio, incluindo o de gênero.

Temos que punir o feminicídio e todas as formas de violência de gênero. Mas temos também que desnaturalizar a violência na cultura, de modo que ela não mais pareça normal e corriqueira.

Para tanto, urge alcançar e amplificar esta visão em todas as estruturas e espaços de educação formal e informal, e de comunicação. É preciso e urgente que avancemos neste sentido e que contemos com o apoio e solidariedade de todos os segmentos sensíveis a estas questões. (Do [OutrasPalavras](#)).

Escrito Por Rachel Moreno